



Jane Araújo

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem as visitas do governador de Minas Gerais, Aécio Neves (2º à dir.), e do presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, que se encontra em viagem oficial ao Brasil com o objetivo de aprimorar as relações comerciais entre os dois países. **3**

Mesa diretora realiza hoje sua primeira reunião

A nova Mesa do Senado, empossada na última semana, realiza hoje, às 10h, sua primeira reunião. O colegiado vai discutir diretrizes e procedimentos para a gestão 2009/2010. Estão na pauta também assuntos que dependem, regimentalmente, de avaliação da Mesa, como a tramitação conjunta ou separada de projetos. **3**



Márcio Kalume

Proposta sobre filantrópicas deve ser votada na próxima semana

Romero Jucá previu para a próxima semana a votação de projeto que disciplina a certificação de entidades beneficentes de assistência social. O senador se manifestou um dia depois de a Câmara ter rejeitado MP que alterou regras dessa certificação, requisito para a isenção de contribuições de seguridade social. **2**

Jucá: texto a ser aprovado deve ter "espírito de ampliar a fiscalização"

Senadores querem juros menores para dívidas municipais com a Previdência

Adoção da taxa Selic para correção das contribuições em atraso representa carga muito pesada, dizem Antônio Carlos Valadares e Valter Pereira. Segundo Jucá, Congresso deve melhorar texto de MP

Senadores pretendem aproveitar a tramitação da medida provisória, que permite parcelamento dos débitos em 240 meses, para sugerir modificações. Líder do governo, Romero Jucá defendeu um limite nos dispêndios com a Previdência. Lúcia Vânia

cobrou a descentralização dos recursos. Eduardo Azeredo apoiou as reivindicações ambientais. Mão Santa disse que a marcha prevista para março deve ser mantida. Rosalba Ciarlini ressaltou que os prefeitos saíram insatisfeitos do encontro com Lula e Dilma. **4 e 5**

Senado lança o Guia do Vereador

Começa a ser distribuído neste mês o Guia do Vereador, produzido pelo Senado em parceria com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo. A

publicação visa fornecer aos parlamentares municipais e a seus assessores informações sobre as funções que deverão desempenhar no dia-a-dia. **4**



J. Freitas

Mangabeira Unger pede apoio dos parlamentares a MP; a seu lado, o deputado Paulo Rocha e o senador Valdir Raupp

Regularização de terras na Amazônia

A medida provisória assinada na terça-feira vai permitir a regularização de 80% das posses na região amazônica. Essa previsão foi feita ontem pelo

ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, em reunião com parlamentares da Amazônia. O PSDB anunciou apoio à MP. **7**

"Meu projeto aperta mais o cerco, obriga a revisão de todas as concessões já realizadas e amplia a fiscalização", afirma o líder do governo no Senado

Filantrópicas: proposta de Jucá deve ser votada na próxima semana

O PROJETO SOBRE as filantrópicas deve ser votado na próxima semana, informou ontem o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), um dia após a Câmara dos Deputados ter rejeitado a medida provisória (MP 446/08) que alterava as regras para a certificação de entidades filantrópicas.

Em entrevista à Agência Senado, Jucá informou que, além do projeto de sua autoria (PLS 462/08), tramita na Câmara outra proposta tratando do mesmo assunto. O senador assegurou que não tem preferência sobre a votação de uma ou outra matéria, desde que atenda às necessidades do setor.

– O importante é que o projeto tenha o espírito de ampliar a fiscalização sobre as filantrópicas, averiguar as denúncias de irregularidades e descentralizar os processos de concessão – afirmou.

MP

A medida provisória rejeitada na Câmara, entre outras determinações, transferia a competência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de analisar pedidos de concessão ou de renovação dos certificados de entidades filantrópicas para ministérios de acordo com a área de atividade da instituição. Pela sistemática proposta na MP, os processos passariam a ser remetidos às pastas da Saúde, Assistência Social e Educação, por exemplo.

Insatisfeito com o excesso de



Romero Jucá aguarda exame de projeto em reunião conjunta da CAE e da CAS

medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo e preocupado com a denúncia de que a MP 446 beneficiaria uma série de entidades filantrópicas em situação irregular, o então presidente do Senado Garibaldi Alves (PMDB-RN) anunciou a devolução da proposta ao Executivo, em novembro do ano passado. Para tomar tal decisão, utilizou-se do argumento de que a matéria não atendia aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância que são exigidos para a edição de MPs.

Na época, Jucá chegou a interpor recurso junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) contra a decisão de Garibaldi, matéria até hoje não apreciada. Paralelamente, o senador por Roraima resolveu também apresentar o PLS 462/08, que tramita nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), a ser votado nesta

última em decisão terminativa. O relator do projeto de lei na CAS é o senador Flávio Arns (PT-PR) e, na CAE, Valdir Raupp (PMDB-RO).

– Meu projeto aperta mais o cerco às filantrópicas, obriga a revisão de todas as concessões já realizadas e amplia a fiscalização – explicou Jucá em entrevista na última semana, ao anunciar também que sua proposta deverá ser votada em reunião conjunta da CAE e da CAS.

A rejeição da MP pela Câmara já havia sido acertada em reunião de líderes na semana passada, quando os parlamentares resolveram encerrar a discussão sobre a validade ou não da matéria, iniciada após a decisão de Garibaldi. Isso porque, com base na vigência da MP, o governo resolveu, a partir de janeiro, renovar mais de 7 mil certificados de entidades filantrópicas para o biênio 2008/2009.

Mário Couto pede votação de benefícios a aposentados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) pediu ontem, em Plenário, que o presidente do Senado, José Sarney, marque uma reunião com o presidente da Câmara, Michel Temer, para tratar dos projetos de interesse dos aposentados. O 3º secretário do Senado, Mão Santa (PMDB-PI), que presidia a sessão naquele momento, se dispôs a apresentar o pleito hoje, durante a reunião da Mesa.

Três projetos que tratam do

tema já foram aprovados pelo Senado e agora aguardam deliberação da Câmara. Um deles é o PLS 296/03, que extingue o fator previdenciário. Outro, a emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) que estende aos benefícios pagos a aposentados e pensionistas a mesma política de reajuste aplicada ao salário mínimo. Há também o PLS 58/03, que promove a recomposição do valor das aposentadorias de modo que os



Mário Couto (foto) apela a Sarney para que interceda junto a Temer

benefícios pagos voltem a valer o mesmo número de salários mínimos que valiam na data de sua concessão.

Flexa homenageia poeta e empresário do Pará

Por solicitação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o Senado encaminhará votos de pesar às famílias do empresário Elias Salame da Silva e do escritor e poeta Max Martins da Rocha. "São duas figuras proeminentes do estado do Pará:

um da área empresarial e o outro das letras e da cultura", declarou o senador.

Elias Salame foi presidente da Associação Comercial do Pará e da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado

do Pará. Foi deputado estadual (1959 a 1969) e deputado federal (1963 a 1967). Max Martins é autor de diversos livros, entre eles *O estranho* e *Não para consolar*. Era membro da Academia Paraense de Letras.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Mesa discute ações para o biênio

A Mesa diretora reúne-se às 10h, na sala da Presidência do Senado, a fim de discutir os procedimentos para a gestão 2009/2010 e analisar matérias que dependem de avaliação do colegiado.

Plenário

O Plenário do Senado realiza, às 14h, sessão deliberativa. Entre os 60 itens constantes da pauta de votações, encontra-se o projeto de lei de conversão (PLV 31/08) que autoriza a União a dispensar a Caixa Econômica Federal de parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio referentes ao período de 2008 a 2010, em montante a ser definido pelo Ministério da Fazenda.



Capitalização do Fundo Soberano

Às 14h, na sala 19 da Ala Alexandre Costa, está prevista a instalação de comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória (MP) 452/08, que autoriza a União a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal para capitalização do Fundo Soberano do Brasil. A mesma MP autoriza o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) a executar obras nas rodovias transferidas a entes da Federação (Lei 11.314/06).



Alimentação no ensino básico

Comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP 455/09) que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica (Lei 10. 880/04) deve ser instalada às 15h30, também na sala 19 da Ala Alexandre Costa. Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

MP garante fonte adicional de recursos para o BNDES

Está prevista para as 14h30, na sala 19 da Ala Alexandre Costa, a instalação de comissão para examinar a MP 453/09, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

Transferência de terras da União para Roraima

Às 15h, na sala 19 da Ala Alexandre Costa, pode instalar-se comissão mista para examinar a Medida Provisória 454/09, que altera a Lei 10.304/01, que transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

Reajuste do salário mínimo

Ainda na sala 19 da Ala Alexandre Costa, às 16h, está prevista a instalação da comissão mista que vai examinar a Medida Provisória 456/09, dispondo sobre o reajuste do salário mínimo que entrou em vigor no dia 1º de fevereiro de 2009. Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

Jonas Pereira



José Sarney e Aécio Neves conversam sobre MPs, reformas tributária e política e situação do governo de Minas Gerais

Sarney elogia Aécio e critica medidas provisórias

Ao receber na manhã de ontem o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, o presidente do Senado, José Sarney, fez vários elogios ao neto de Tancredo Neves. Ele falou sobre os índices de desenvolvimento do estado e os relacionados à administração registrados pelo governo de Aécio, até que uma repórter indagou-lhe sobre a sucessão presidencial. A jornalista perguntou se o coração do presidente "vai balançar" se ele tiver de escolher entre Aécio Neves e Dilma Rousseff.

– Não. A gente vai votar é com a mão, não com o coração – respondeu.

A entrevista foi concedida em frente ao gabinete da Presidência. Sarney informou que os dois

conversaram sobre medidas provisórias, reformas tributária e política e a situação do governo de Minas, que, conforme o presidente do Senado, registra altos índices de desenvolvimento e de administração, "o que bem demonstra a capacidade de Aécio Neves".

Sarney foi também indagado sobre o trabalho das comissões permanentes do Senado que, em sua opinião, "não está indefinido como pensam alguns".

– As comissões funcionam normalmente. Não estão paradas. Funcionam como determina o regimento [interno do Senado]. Elas estão esperando que os líderes remetam os novos nomes para compor as comissões. Diz o regimento que,

enquanto os nomes que substituirão os senadores atuais não forem enviados, elas continuarão funcionando normalmente – explicou.

Plenário

Sarney foi questionado ainda sobre as deliberações em Plenário. Respondeu que as votações vão ser retomadas logo que receber das comissões os projetos.

Durante a conversa com jornalistas, o presidente do Senado voltou a criticar as medidas provisórias. Conforme afirmou, as MPs bloqueiam a atividade do Congresso Nacional, impedindo Senado e Câmara dos Deputados de decidirem os assuntos que estão na ordem do dia.

Prêmio Bertha Lutz será entregue em 5 de março

O Congresso Nacional realizará sessão solene conjunta no dia 5 de março em comemoração ao Dia Internacional da Mulher – celebrado oficialmente em 8 de março. Durante a sessão haverá a entrega do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco personalidades femininas que prestaram relevante serviço na garantia dos direitos das mulheres e em questões de gênero em 2008.

Serão agraciadas a embaixadora da Boa Vontade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Lily Marinho; a juíza

maranhense Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro; a jornalista, atriz e poeta Elisa Lucinda Campos Gomes; a secretária-geral do Conselho Federal da OAB, Cléa Anna Maria Carpi da Rocha; e a assistente social Neide Viana Castanha, que coordena o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

O conselho decidiu também homenagear *in memoriam* a ex-primeira-dama e antropóloga

Ruth Cardoso, que faleceu em 24 de junho de 2008. Dona Ruth – como era mais conhecida – criou o Conselho da Comunidade Solidária,

programa que visava à alfabetização, capacitação e produção de artesanato solidário. A ex-primeira dama também publicou livros e trabalhos sobre imigração, movimentos sociais, juventude, meios de comunicação de massa, violência, cidadania e trabalho.

Conselho presta homenagem *in memoriam* à ex-primeira-dama e antropóloga Ruth Cardoso

Presidente da Namíbia quer estreitar relações comerciais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem o presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, que se encontra em viagem oficial ao Brasil com o objetivo de aprimorar as relações comerciais entre os dois países. O encontro ocorreu no Salão Nobre do Senado Federal e contou com a presença dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Gerson Camata (PMDB-ES), entre outras autoridades.

A cooperação entre o Brasil e a Namíbia tem ocorrido principalmente nas áreas de

agricultura, desenvolvimento urbano e, sobretudo, no setor naval. Desde 1994, a Marinha brasileira mantém missão naquele país, cujas demandas concentram-se nas áreas de treinamento de pessoal, construção de embarcações e delineamento da plataforma continental.

Todos os postos de comando naval da Namíbia receberam treinamento no Brasil. Os uniformes, regulamentos e procedimentos adotados pelos seus oficiais também seguem o padrão da Marinha brasileira.



Sarney (3º à dir.), ao lado de Camata e Suplicy, observa Hifikepunye Pohamba assinar livro no Salão Nobre do Senado

Nova Mesa do Senado realiza primeira reunião

Sob a presidência de José Sarney, vice-presidentes, secretários e suplentes reúnem-se, às 10h, para discutir diretrizes que devem nortear a gestão 2009/2010

A MESA DO Senado, empossada na última semana, realiza hoje, às 10h, sua primeira reunião. O colegiado vai debater as diretrizes e os procedimentos para a gestão 2009/2010, bem como matérias que dependem, regimentalmente, de avaliação da Mesa.

Deve constar da pauta legislativa, segundo a Secretaria Geral da Mesa, a análise de quatro requerimentos com pedidos para separar projetos que, por meio de outros requerimentos, passaram a tramitar em conjunto. Também deverá ser discutido o encaminhamento de outros quatro requerimentos para tramitação conjunta de propostas, além

de solicitações de informação.

Sob a presidência de José Sarney, a reunião contará com a presença do 1º vice-presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO); da 2ª vice-presidente, Serys Silhessa-renko (PT-MT); do 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI); do 2º secretário, João Vicente Claudino (PTB-PI); do 3º secretário, Mão Santa (PMDB-PI); e da 4ª secretária, Patrícia Saboya PDT-CE).

Ainda participarão do encontro os suplentes de secretários, César Borges (PR-BA), Adelmir Santana (DEM-DF), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Gerson Camata, (PMDB-ES) respectivamente 1º, 2º, 3º e 4º secretários.

Ministro pede o apoio de Sarney a projeto sobre cotas

Recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, o ministro Edson Santos, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pediu apoio para o projeto que cria um sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas e escolas técnicas brasileiras. O ministro observou que, iniciado o século 21, não há razão para o Brasil ainda não ter adotado essa "inovação".

– Isso é irreversível, a história não anda para trás – afirmou.

Edson Santos disse que o Congresso ofereceu boa acolhida ao projeto (PLC 180/08) e tem grande sensibilidade com o tema das cotas. De acordo com o ministro, "a discriminação positiva tem obtido excelentes resultados nas universidades que a adotam", faltando apenas uma norma legal para disciplinar o assunto.

– Há uma necessidade de generalizarmos as cotas para as universidades públicas – frisou.

Sai relação final de aprovados em concurso

Está na página da internet da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a relação final dos candidatos aprovados no curso de formação, de caráter eliminatório, que constou da segunda fase de classificação de candidatos do concurso do Senado em várias categorias.

De acordo com o presidente da Comissão Organizadora do Concurso e diretor-adjunto da Casa, Alexandre Gazineo, falta agora apenas a homologação do resultado final dos aprovados.

Já a posse dos candidatos depende, segundo Gazineo, de decisão da Mesa do Senado.

Na página <http://concurso.fgv.br/senado08> também estão publicados o resultado final do teste de capacitação física para o cargo de polícia legislativa, e listas de candidatos não-eliminados em determinados cargos.

Leopoldo Silva



Antonio Carlos acusa governo de se apropriar de projetos antigos

Antonio Carlos Júnior critica rumos do PAC

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou o governo por dar "falsa musculatura" ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apropriando-se de projetos de governos anteriores e cumprindo bem menos que o anunciado.

Lançado em 2007, o PAC prometia investimentos de R\$ 504 bilhões em obras de infraestrutura até 2010. Mas, de acordo com o senador, grande parte do que o governo anunciava como um novo programa de desenvolvimento nacional, na verdade, era uma reunião de projetos já existentes, inclusive do governo anterior.

Conforme o senador, no primeiro governo Lula, os investimentos em obras do PAC somaram R\$ 15,2 bilhões. Em 2008 o montante não ultrapassou R\$ 14,6 bilhões.



César Borges pede que governo tome medidas para reduzir juros

César Borges quer ampliação de crédito

O senador César Borges (PR-BA) disse ontem que a crise importada dos Estados Unidos e da Europa, que trouxe consequências negativas para o Brasil, apresenta também uma oportunidade para se discutir o *spread* bancário (a diferença entre a taxa de juros que o banco paga ao captar dinheiro no mercado e a taxa que cobra de quem faz empréstimo). Para minimizar os efeitos da crise no país, ele defendeu a disponibilização de mais crédito – especialmente para as pequenas empresas – e a redução do *spread*.

– Espero que algo possa ser feito e quem tem que fazer isso é o governo federal, é o Banco Central; é preciso acordar com os bancos e chamá-los para este momento de esforço e de sacrifício de toda a sociedade brasileira – afirmou.

Senado lança manual com orientações para vereador

Publicação traz informações sobre orçamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, técnicas legislativas e projetos inovadores

NESTE MÊS, COMEÇA a ser distribuído o Guia do Vereador, produzido pelo Senado em parceria com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel). O objetivo é fornecer aos parlamentares municipais eleitos em 2008 e seus assessores informações sobre as funções que deverão desempenhar em seu dia-a-dia e sobre a necessidade de fiscalização das ações do Executivo.

– No censo legislativo que realizamos por meio do Interlegis, em 2006, constatamos que mais de 60% dos vereadores não tinham a menor ideia do seu papel – destacou o presidente da Abel, Florian Madrugá, que também é servidor do Senado.

Durante o mês de fevereiro, será distribuído pelo menos um exemplar, dos 8 mil guias impressos, para cada câmara municipal, assembleia legislativa, Câmara Legislativa do Distrito Federal e escola legislativa.

A publicação do guia justifica-se, na avaliação do representante da Abel, pelo fato de muitos pequenos municípios ainda não terem sido alcançados por tecnologias que garantiriam aos seus vereadores o acesso a informações.

Há outros fatores, segundo Florian Madrugá, que também demonstram a necessidade de aprimorar o aprendizado dos parlamentares e dos servidores das casas legislativas. É o caso, disse, do repasse de recursos para as câmaras municipais pelo Poder Executivo local e, principalmente, o fato de muitas delas estarem localizadas no mesmo prédio ocupado pela prefeitura.

– Existe uma relação de subserviência aos prefeitos. O manual procura desfazer esse equívoco – assinalou o presidente da associação.

Temas

O guia está dividido em capítulos, que tratam dos seguintes temas: O vereador na história do Brasil, Noções de direito constitucional, Orçamento dos municípios, O poder legislativo municipal, Noções de técnica legislativa, A Lei de Responsabilidade Fiscal e Projetos inovadores. O conteúdo foi elaborado por servidores de assembleias legislativas, consultores legislativos do Senado e técnicos de tribunais de contas estaduais.

– Em parceria com o Interlegis, realizamos seminários e palestras com especialistas em Orçamento e Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda sobre processo legislativo e Lei Orgânica do Município – disse Florian Madrugá.

Na avaliação do presidente da Abel, a educação deve ser um esforço permanente e produzirá resultados a médio e longo prazos. Ele informou que, em suas viagens, tem observado um reconhecimento aos esforços feitos pelo Senado e pelos senadores para capacitar e treinar parlamentares e servidores.

– Se hoje temos 51 escolas, daqui a alguns anos teremos 500. Em seis anos de Abel, muita coisa já mudou – assinalou.

Florian Madrugá explicou que, para gerar esse efeito multiplicador, as escolas legislativas são montadas em municípios com desenvolvimento econômico maior – as cidades-pólo –, para que multipliquem o conhecimento.

A Abel é uma associação público-privada, que possui escolas do legislativo em todas as assembleias estaduais, na Câmara Legislativa do DF e em algumas câmaras municipais e tribunais de contas estaduais, num total de 51 instituições. Minas Gerais, com 18 escolas legislativas, é o estado que abriga o maior número delas.

Guia é resultado de parceria com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo



Prefeitos reunidos em Brasília: teme-se que nem o parcelamento de 240 meses proposto pelo governo alivie o fardo de R\$ 14,5 bilhões que os municípios devem à Previdência

Correção de dívida previdenciária atrai críticas

Os senadores Antônio Carlos Valadares e Valter Pereira avaliam que uso da Selic, de 12,5% ao ano, "coloca uma bomba no colo" dos prefeitos que têm dívidas em aberto com o INSS

MESMO COM O parcelamento em 240 meses proposto pelo governo para que os municípios paguem as contribuições em atraso com a Previdência, o novo programa de financiamento dos débitos vai representar uma carga muito pesada para as prefeituras – que devem cerca de R\$ 14,5 bilhões. A avaliação foi feita pelos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Valter Pereira (PMDB-MS), em comentário sobre o programa, anunciado pelo presidente Lula aos prefeitos reunidos em Brasília.

A medida provisória (MP 457/09) publicada ontem adota como fator de correção da dívida a Selic (atualmente

em 12,5% ao ano), com juros de 1%. No caso das contribuições dos funcionários retidas pelas prefeituras e não repassadas à Previdência, o parcelamento só poderá ser feito em até 60 meses. Os prefeitos pediam a troca da Selic pela Taxa de Juros de Longo Prazo (a TJLP, hoje em 6,25% ao ano), além de um teto para o comprometimento com as prestações de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) dos municípios.

– As operações vão colocar uma bomba no colo dos futuros prefeitos. O último parcelamento foi feito com base na taxa Selic e por isso a dívida chegou ao valor astronômico atual –

afirma Valadares, autor de projetos que estabelecem condições mais brandas de parcelamento.

Os dois senadores pretendem aproveitar a tramitação da medida provisória para propor modificações no texto. Para Valter Pereira, a iniciativa do parcelamento é positiva, mas a adoção da taxa Selic como fator de correção da dívida compromete os objetivos da medida. Segundo ele, a Selic representará uma "hemorragia" para os cofres das prefeituras.

– O governo tem que ser parceiro e não banqueiro: essa é a questão crucial – reforçou o senador.

Um dos projetos de Valadares (PLS 262/08), que será relatado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por Gim Argello (PTB-DF), defende a correção dos débitos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O senador considera, entretanto, que a TJLP é também uma boa alternativa. Com relação ao esforço dos municípios com as prestações, sua proposta – o PLS 87/08, que também está na CAE, relatada por Gim Argello – prevê o mesmo teto defendido pelos prefeitos, de 15% da RCL.

A regularização dos atrasos com a Previdência Social permitirá a muitos municípios assinar convênios com o

governo federal para novos projetos. A inadimplência estava inclusive impedindo acordos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que preocupava o governo. De forma habitual, a repactuação autoriza o Executivo a descontar as parcelas mensais diretamente das transferências do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Na última renegociação de débitos, em 2005, afirma Valadares, a ausência de um teto para as prestações determinou o comprometimento automático de valores entre 40% e 50% das receitas de muitos municípios, sobretudo do Nordeste.



Lúcia Vânia defende a descentralização de recursos

Lei de Responsabilidade Social ajudará municípios

Ao manifestar apoio às reivindicações dos prefeitos, Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que está chegando a hora de a União promover a descentralização dos recursos orçamentários em favor dos estados e municípios. Ela entende que o governo promove verdadeira dependência política, obrigando os prefeitos a viajarem a Brasília.

Lúcia Vânia sustentou que a aprovação de uma proposta de emenda constitucional de sua autoria (PEC 29/03), prestes a ser votada pelos senadores, ajudará os municípios em seus projetos sociais. A emenda cria a Lei de Responsabilidade Social, que abre caminho para a fixação de metas visando superar desigualdades econômicas e sociais, e melhorar as condições de vida das pessoas, especialmente as mais pobres.



Jayme Campos: interior resiste às adversidades do mercado

PAC do Interior apoiaria as pequenas cidades

Jayme Campos (DEM-MT) sugeriu ao governo federal a criação de um PAC do Interior. Para o senador, a adoção de um Programa de Aceleração do Crescimento com enfoque especial no interior do país "seria uma iniciativa de apoio ao crescimento dos pequenos municípios brasileiros".

– Quando o mundo se assusta com a tempestuosa crise que se propaga em escala planetária, vamos encontrar abrigo não mais no cobigado cenário externo, nem tampouco nas grandes metrópoles. Vamos encontrar segurança no interior, que resiste às adversidades do mercado internacional, arando a terra e plantando alimentos e energia renovável – disse o parlamentar.



Rosalba cobra mais verbas para prefeituras atender população

Dirigentes municipais saíram insatisfeitos

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que os prefeitos saíram insatisfeitos do encontro com o presidente e a ministra Dilma Rousseff. A senadora defendeu mais recursos aos municípios, argumentando que a Constituição descentralizou as ações, mas não as verbas na proporção necessária para que os prefeitos possam atender à população.

Lembrando que Lula manifestou irritação com a imprensa por afirmar que o encontro visaria promover Dilma como candidata à sua sucessão, Rosalba relatou que em frente ao local do evento fora montado um estúdio fotográfico para fazer fotomontagens em que, por apenas R\$ 30, os prefeitos poderiam ser retratados ao lado de Lula e a ministra.



Azeredo: soluções tecnológicas para o lixo devem ser financiadas

Crédito para esgoto e tratamento de lixo

O encontro de prefeitos em Brasília colocou em evidência a necessidade de uma linha de crédito federal para o tratamento de lixo e de esgoto, afirmou Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O senador disse que não é mais possível conviver com o despejo de esgotos e detritos em rios e com lixões ou aterros inadequados, que, além de poluir o meio ambiente, são responsáveis por doenças. Sobre os "miseráveis que vivem da coleta de restos", ele afirmou que trata-se de um "vexame social".

– Lixo não é para ser jogado em córrego ou em depósitos a céu aberto, assim como o esgoto tem de ser tratado, e para isso já há soluções tecnológicas, que precisam ser financiadas.

Jucá aplaude renegociação entre prefeituras e INSS

Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu a decisão do governo de permitir a renegociação das dívidas das prefeituras com o INSS por até 20 anos, mas alertou que o Congresso "deve melhorar" a proposta, colocando um limite nos dispêndios dos municípios com a Previdência.

O senador informou que no passado o governo já alongara as dívidas, mas algumas prefeituras eram obrigadas a desembolsar até 50% das transferências recebidas, o que inviabilizou os pagamentos.

Líder do governo no Senado, Romero Jucá lembrou que, por causa das elevadas prestações de dívidas passadas, somadas aos pagamentos ao INSS dos atuais servidores, muitas prefeituras tinham todas as verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) retidas "na boca do caixa do Banco do Brasil" para honrar os compromissos com a Previdência. Resultado: boa parte dos prefeitos acabou deixando de pagar ao INSS, mesmo que isso significasse que não poderiam mais receber verbas da União para bancar seus projetos.

Para ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "tomou a decisão política" de resolver o problema e cabe aos congressistas detalhar como isso será feito na prática. Jucá entende ser responsabilidade do Congresso fixar um "percentual máximo plausível e factível" das receitas municipais nos pagamentos previdenciários. Só assim, continuou, as prefeituras terão condições de se candidatar a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a projetos de investimentos previstos no Orçamento da União.

Votações em Plenário são adiadas por falta de acordo

Por falta de quórum, não houve nenhuma votação ontem em Plenário. O presidente do Senado, José Sarney, chegou a anunciar a Mensagem 205/08, que indica o ministro Everton Vieira Vargas para o cargo de embaixador do Brasil na Alemanha, mas a matéria não foi submetida a voto. Também por não haver quórum, foi adiada a decisão sobre o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 31/08.

Em nome do PSDB, o senador Alvaro Dias (PR) anunciou que seu partido participará das votações em Plenário somente após a realização da reunião de líderes que decidirá sobre a composição das mesas das

comissões permanentes. Diante da declaração de Alvaro Dias, o presidente José Sarney fez apelo aos líderes para que remetam a Mesa os nomes dos representantes dos partidos nas comissões. E acrescentou que, após a publicação, no *Diário do Congresso Nacional*, da composição dos colegiados, poderá convocar as eleições das novas mesas.

– Quero esclarecer que, de acordo com o regimento, não há interrupção; as comissões continuam funcionando normalmente. Apenas os presidentes não foram eleitos, assumindo o mais velho até a eleição dos novos titulares.

PSDB e DEM pretendem obstruir votações na Casa

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), reiterou ontem que seu partido, apoiado pelo Democratas, pretende obstruir todas as votações no Senado Federal enquanto não forem definidos os presidentes e vice-presidentes das 11 comissões permanentes da Casa.

Desde terça-feira os senadores de oposição estão se recusando a votar. Virgílio disse que o presidente do Senado, José Sarney, precisa reunir os líderes partidários para decidir sobre as regras e a data da escolha dos presidentes das comissões temáticas.

– Não podemos passar o vexame, perante a opinião pública, de terça ou quarta-feira [da próxima semana] não termos ainda os novos presidentes de comissões – advertiu.

O líder afirmou também que o PSDB quer o respeito ao critério da proporcionalidade dos partidos no Senado. Isso, segundo Virgílio, daria ao PSDB o direito de ser o terceiro e depois o oitavo partido a escolher uma comissão para presidir.

– Se alguém quiser desrespeitar a proporcionalidade, que venha para a luta, que venha competir – desafiou.

Fátima Cleide defende ex-prefeita de Santarém

Fátima Cleide (PT-RO) criticou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de cassar, em dezembro, o registro de candidatura da prefeita de Santarém (PA), Maria do Carmo.

Reeleita em outubro de 2008 com mais de 52% dos votos, em uma coligação que reuniu 11 partidos, Maria do Carmo foi cassada por ser membro licenciado do Ministério Público Estadual. Desde a aprovação da Emenda Constitucional 45/04, integrantes do Ministério Público estão proibidos de exercer atividades político-partidárias.

Destacando o fato de que Maria do Carmo foi eleita pela primeira vez em 2004, antes, portanto, da promulgação da emenda, a senadora defendeu a permanência da prefeita no cargo por considerar que ela adquiriu o direito de concorrer à reeleição no momento em que ganhou o pleito de 2004.



Fátima Cleide lembra que prefeita elegeu-se pela primeira vez em 2004



José Nery anuncia solenidades no Pará em homenagem à missionária

Nery lembra quatro anos da morte de Dorothy Stang

O líder do PSOL, José Nery (PA), anunciou em Plenário a realização, hoje, nas cidades de Belém e Anapu, de solenidades em memória da missionária americana Dorothy Stang, assassinada há quatro anos no Pará.

O senador leu trecho de carta aberta do Comitê Dorothy, dirigida ao presidente do Tribunal de Justiça do Pará, solicitando a decisão imediata sobre o recurso de anulação do julgamento do mandante do assassinato da missionária, Vitalmiro Bastos de Moura. O texto pede também que seja levado a júri popular Regivaldo Pereira Galvão, outro mandante do crime.

O senador convidou seus pares para assistir ao filme *Mataram Irmã Dorothy*, produzido por um diretor americano juntamente com uma equipe de brasileiros. O filme será exibido na próxima terça-feira, às 19h, no Auditório do Interlegis.



Acionistas minoritários da empresa sofreram prejuízo, diz Alvaro Dias

Alvaro Dias cobra explicação sobre ações da Aracruz

Alvaro Dias (PSDB-PR) relatou ontem, em Plenário, preocupação de acionistas minoritários da Aracruz Celulose quanto ao valor negociado das ações preferenciais no momento da aquisição de parte do controle acionário da empresa pela Votorantim Celulose e Papel. De acordo com o senador, os proprietários de ações preferenciais da Aracruz acreditam ter sido "duramente penalizados pela avaliação desproporcional" dos papéis. Alvaro Dias afirmou que a Votorantim subavaliou as ações preferenciais, o que favoreceu apenas os detentores de ações ordinárias, melhor cotadas pela Votorantim.

Os conselheiros da Votorantim causaram uma desvalorização instantânea da ação em 17,35%, resultando em um prejuízo imediato de milhões de reais.

Para Alvaro Dias, é possível que os acionistas majoritários tenham agido "em causa própria" ao supervalorizarem as ações ordinárias e desvalorizarem as preferenciais. O senador também pediu explicações do governo federal sobre os empréstimos do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que possibilitaram a transação.

Que critérios foram usados para basear esses cálculos? Se houve prejuízos ou diminuição de valor dos ativos, esses deveriam ser imputados a todas as ações de forma proporcional. Ou todas são valorizadas ou todas são desvalorizadas. Não pode haver jamais dois pesos e duas medidas. Não há lógica em uma apuração que valoriza determinadas ações e desvaloriza as demais – ressaltou Alvaro Dias, acrescentando que "milhares de pessoas" estão esperando explicações da Bovespa sobre a questão.

Valadares elogia proposta de voto em lista fechada nas eleições proporcionais e vai sugerir mudanças na cláusula de barreira, assunto que Jucá considera o mais polêmico

Governistas têm expectativa favorável à reforma política

A bancada governista no Senado nutre expectativa favorável em relação à tramitação dos cinco projetos de lei e da proposta de emenda à Constituição (PEC) que tratam da reforma política, enviadas pelo Executivo ao Congresso na terça-feira.

O líder do PSB na Casa, Antônio Carlos Valadares (SE), elogiou a "engenharia política" montada pelo governo e avaliou que a estratégia deverá apressar a aprovação das mudanças nos sistemas político e eleitoral.

Valadares apontou como um dos pontos fundamentais da reforma a substituição, nas eleições proporcionais (vereador e deputado), do modelo de lista aberta (voto no candidato) pelo de lista fechada (voto no parti-

do). Defensor do voto distrital misto, o socialista não considera a proposta do Executivo ideal, mas a avalia como melhor que o atual sistema de voto proporcional que, segundo ele, dá lugar a divisões partidárias.

Em relação à cláusula de barreira, Valadares deverá apresentar emenda à PEC que impõe a medida aos partidos que não obtiverem 1% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados (com o mínimo de 0,5% dos votos em cada estado). Sua intenção é favorecer os partidos menores, que poderiam se unir em federação, atuando como se fosse uma única agremiação partidária. O senador já havia proposto essa

ideia em emenda à PEC 2/07, de Marco Maciel (DEM-PE), que trata do funcionamento dos partidos políticos.

É justamente a discussão da cláusula de barreira, na avaliação do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que deverá suscitar embate entre os partidos grandes e pequenos no Congresso. Jucá argumenta que a meta da reforma política é fortalecer os partidos, garantindo meios de sobrevivência aos já existentes e evitando a proliferação de legendas.

O líder do governo observou que essas mudanças só deverão valer para as eleições de 2016 ou 2018. Ele também aposta que o Congresso irá alterar essas propostas de reforma política.

Osmar defende aprovação da proposta ainda este semestre

Apesar de admitir que a proposta de reforma política apresentada pelo governo "não é a que se esperava", Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a aprovação da matéria ainda neste semestre.

O senador apoia itens como a exigência de fidelidade partidária, a proibição de coligações em eleições proporcionais e a imposição de uma cláusula de barreira às legendas que não obtiverem uma votação mínima para a Câmara dos Deputados.

Mas Osmar Dias faz restrições à medida que substitui a lista aberta pela lista fechada nas eleições proporcionais, porque, segundo ele, a lista fechada pode levar a uma "ditadura dos comandantes dos partidos".

Em defesa da fidelidade partidária (na qual o mandato parlamentar pertence à sigla, e não ao candidato eleito), Osmar afirmou que a medida é necessária "para evitar o troca-troca que ocorre, por exemplo, quando alguém se elege pela



Osmar apoia itens como a cláusula de barreira e fidelidade partidária

oposição e, em seguida, se transfere para a base governista visando receber as benesses do Poder Executivo".

Governo quer lista fechada e fidelidade partidária

O governo apresentou ao congresso, na terça-feira, sua proposta de reforma política, entregue pelos ministros Tarso Genro, da Justiça, e José Múcio, da Secretaria de Relações Institucionais. Em vez de um texto único, a matéria foi dividida em seis projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC). As propostas são:

– Lista fechada substituirá a lista aberta de candidatos nas eleições proporcionais (relacionadas à escolha de deputados federais, estaduais e distritais e vereadores). Na fechada, o eleitor não vota no candidato, mas no partido – é a legenda que escolhe os candidatos e

quais terão prioridade no preenchimento das vagas.

– Financiamento das campanhas será exclusivamente público, com recursos do Orçamento da União.

– Fidelidade partidária será adotada para garantir que o mandato parlamentar pertence ao partido e não ao candidato eleito. O mandato do parlamentar que deixar a legenda passará a ser exercido por suplente da mesma agremiação.

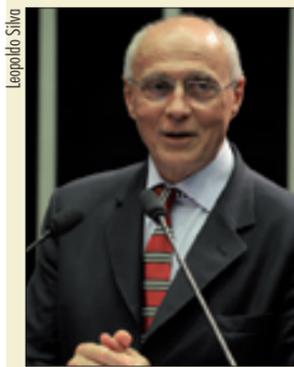
– Coligações partidárias ficam proibidas em eleições proporcionais.

– Ficarão inelegíveis por três anos candidatos condenados por "decisão colegiada ou de-

cisão de primeira instância transitada em julgado" devido a crimes por abuso de poder econômico ou político, eleitoral e de tráfico de entorpecentes, entre outros.

– Tentativa de compra de votos será considerada crime de captação ilícita de sufrágio.

– Cláusula de barreira permitirá o exercício de mandato de deputado federal, estadual e distrital somente para os candidatos dos partidos que obtiverem ao menos 1% dos votos válidos obtidos em eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados.



Suplicy: preocupação com 208 demissões em produtora de suco

Suplicy pede solução para reativar fábrica

Preocupado com a demissão de 208 empregados da fábrica de suco de laranja da Citrosuco, da cidade de Bebedouro (SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o Ministério da Fazenda e o governo paulista tentem encontrar uma fórmula para que a unidade volte a funcionar. O senador leu nota do sindicato dos empregados, onde eles lamentam a forma como a empresa comunicou as demissões – por carta enviada à residência dos funcionários.

De acordo com Suplicy, há grande preocupação também entre os produtores de laranja da região, pois eles não sabem como poderão escoar sua produção. A Citrosuco, segunda maior produtora de suco de laranja do Brasil, informou que pretende processar nas unidades de Matão e Limeira, também em São Paulo, as frutas da área de Bebedouro, mas os fazendeiros temem que isso acabe resultando em redução do preço que eles recebem.

Segundo Suplicy, a empresa teria informado ao sindicato dos trabalhadores que, em princípio, manterá fechada a unidade durante a safra 2009/2010, à espera do que acontecerá com o mercado consumidor de suco. O estado de São Paulo produz cerca de 90% de todo o suco de laranja processado no país. O Brasil fornece aproximadamente 30% do suco de laranja consumido no mundo, acrescentou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmiir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Marconi Perillo • Serys Slhessarenko

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Virgílio lembra o acidente aéreo que matou 24 pessoas

Virgílio cobra investimentos em hidrovias

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que é preciso discutir “para valer” a questão das hidrovias na Amazônia. Conforme afirmou, o transporte aéreo é caro e a maioria absoluta dos amazonenses depende da navegação hidroviária.

O senador ressaltou que não são poucos os acidentes que acontecem todos os anos na região. E lembrou as 24 mortes, no último sábado, devido à queda de um avião Bandeirante da Manaus Táxi Aéreo nas proximidades do município de Manacapuru (AM).

– É uma guerra civil não declarada essa falta de segurança no voo e de investimento em infraestrutura aeroportuária.

O parlamentar afirmou que não gostaria de esperar o próximo desastre, com suas notas de pesar e de condolências de praxe, enquanto a realidade continua a mesma.

Copa do Mundo

Virgílio assinalou ainda que tem acompanhado a luta das cidades para serem escolhidas como sedes ou sub-sedes dos jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014, pois as vencedoras receberão recursos federais para investir na infraestrutura turística. Na avaliação do senador, Manaus está muito bem cotada e tem a seu favor o fato de estar no centro da Amazônia e no estado da região Norte menos devastado, embora ainda precise melhorar seu aeroporto.

– Se queremos mostrar a floresta para o mundo no que ela tem de mais virgem, a escolha é Manaus – ressaltou.

Segundo Arthur Virgílio, a cidade tem muito a oferecer aos turistas, como seu folclore, sua beleza, seus artistas e o histórico Teatro Amazonas. E acrescentou que Manaus é a capital do Norte com a melhor oferta de hotéis.

– E, mais do que a floresta, vamos exibir alta tecnologia para os nossos visitantes.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) destacou que Manaus é o Vale do Silício brasileiro, por exportar produtos eletrônicos para todo o mundo.

Durante encontro com senadores e deputados, ministro declara que a regularização fundiária é prioridade absoluta para região. Ele prevê que 80% das posses serão legalizadas em três anos

Mangabeira pede apoio para a MP que regulariza terras na Amazônia

O MINISTRO EXTRAORDINÁRIO de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, pediu ontem aos parlamentares da Amazônia apoio para aprovação da Medida Provisória 458/09, que trata da regularização de ocupações de terras da região. Segundo disse, a MP, assinada pelo presidente Lula em reunião com prefeitos na terça-feira, permite a regularização de 80% das posses na região, nos próximos três anos.

– O resumo é o seguinte: até um módulo fiscal – máximo de 100 hectares, doação para o posseiro; de um a quatro módulos fiscais – máximo de 400 hectares, venda por preço reduzido; de quatro a 15 módulos fiscais – máximo de 1.600 hectares – venda por preço de mercado, mas sem licitação – explicou.

Mangabeira Unger acrescentou que, entre 15 e 25 módulos – máximo de 2.500 hectares, a lei continuará exigindo licitação pública.

– Na prática, o que eu espero é que as posses até 1.500 hectares sejam regularizadas rapidamente.

O ministro informou também que o Incra será afastado dos processos de regularização fundiária. Para

realizá-la será criada uma diretoria ou superintendência no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

– A regularização fundiária é a prioridade absoluta para a Amazônia, pois enquanto continuar a ser uma região onde ninguém sabe quem tem o quê, a pilhagem será

mais atraente do que a preservação ou a produção – declarou.

Mangabeira Unger pediu ainda que a Câmara aprove o projeto (PLS 53/00) da senadora Marina Silva (PT-AC), já votado pelo Senado, que institui o FPE [Fundo de Participação dos Estados] Verde.



Mangabeira (à esquerda, com Raupp): área com até 100 hectares será doada ao posseiro

PSDB e Raupp apoiam; Jefferson critica lentidão

O PSDB, por meio do senador Flexa Ribeiro (PA), anunciou que apoia a medida provisória que trata da regularização fundiária das terras em toda a região amazônica (MP 458/09). O partido defende também o zoneamento econômico e ecológico da região. O parlamentar fez o comunicado durante o encontro com o ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), comprometeu-se em analisar em profundidade o plano apresentado pelo ministro. Mas afir-

mou que, se o projeto não priorizar a busca de energia farta e barata para toda a região, dificilmente irá decolar. O senador também defendeu apoio maior aos institutos de pesquisas com sede na Amazônia, que considera a “chave para o pleno desenvolvimento sustentável da região”.

Jefferson Praia (PDT-AM) lamentou a existência de uma “certa lentidão” para a implementação do Plano Amazônia Sustentável. E estranhou que somente agora se resolva fazer o levantamento da

questão fundiária da região.

Valdir Raupp (PMDB-RO) enalteceu a MP que trata da regularização fundiária. E disse que mais de 50% das pessoas que ocupam terras na Amazônia estão em caráter irregular. Já Augusto Botelho (PT-RR) observou que o Plano Amazônia Sustentável “é um projeto para o Brasil”. Defendeu a imediata regularização fundiária das terras da região, conforme determina a MP, incluindo a emancipação de assentamentos que existem há mais de 30 anos.

Flexa Ribeiro diz que ministro deverá impulsionar sugestões

A reunião do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência com parlamentares da Amazônia foi comentada por Flexa Ribeiro. Ele disse que Mangabeira Unger “soube ouvir sugestões e apontar corretamente soluções para a Amazônia, e tem vontade política para impulsioná-las”. O senador citou a necessidade de regularização fundiária, que se inicia com a edição da MP 458/09.

– Sem que se tenha feito isso, todo o discurso são apenas palavras de palanque que, sem responsabilidade, são levadas pelo vento – afirmou Flexa Ribeiro.

Também foi discutida, informou, a implantação de um sistema de transporte hidroviário na Amazônia, o que permitiria a elevação dos barcos, tornando os rios navegáveis. O senador observou ainda que é preciso alterar a “visão equivocada” de antropólogos que defendem os interesses dos povos indígenas. Outro ponto discutido, acrescentou Flexa Ribeiro, foi a defesa de um projeto de sua autoria (PLS 110/05) que prevê a utilização econômica das áreas de preservação já destruídas, fazendo-se a compensação da proteção em outras áreas definidas pelo zoneamento econômico-ecológico.



Flexa Ribeiro: região poderá ter sistema de transporte hidroviário

Augusto celebra transferência de terra da União para Roraima

Augusto Botelho (PT-RR) destacou a importância da transferência definitiva da titularidade das terras da União no antigo território federal para o estado de Roraima. O decreto que estadualiza 6 milhões de hectares foi assinado ontem pelo presidente Lula.

Depois da elevação a estado pela Constituição de 1988, Roraima permaneceu por 20 anos sem o domínio legal sobre as terras, o que impediu a regularização das propriedades e o estabelecimento pleno de uma política agrária, mas isso será feito agora pelo governador Anchieta Júnior.

– Quero registrar aqui também o esforço do governador Anchieta e de toda a bancada do Amapá – disse o senador, que lembrou ainda a importância da Lei 10.304/01 (Lei Marluce Pinto), que determinou a transferência de todas as terras que não estavam na faixa de fronteira para o estado. O decreto assinado pelo presidente Lula regulamentou a lei.

Augusto Botelho lembrou a participação nessa luta dos ex-governadores Nildo Campos e Flamarion e do falecido governador Ottomar Pinto, além da ex-senadora Marluce Pinto.



Augusto Botelho destaca papel do governador Anchieta Júnior



Gilvam Borges explica plano para desenvolver o estado

Amapá busca recursos para infraestrutura

A bancada do Amapá no Congresso e o governador Waldez Góes (PDT) reuniram-se com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, para pôr em marcha uma estratégia que visa ampliar a infraestrutura do estado. O encontro teve a participação do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que falou ontem sobre o assunto em discurso.

– Estamos nos preparando para alavancar o desenvolvimento do estado – explicou o parlamentar.

Para ele, a vocação do Amapá está situada num leque que compreende o turismo, a agroindústria e a indústria de transformação. A realização desse potencial, entretanto, vem sendo impedida por carências em matéria de vias de transportes e energia.

Do ponto de vista geoestratégico, o estado do Amapá pode ser considerado “o portal da Amazônia”, já que está localizado na foz do rio Amazonas, por onde os navios passam para chegar aos estados do Pará, Rondônia, Acre e Roraima.

Gilvam informou que, com o objetivo de fazer face aos desafios do desenvolvimento, o governo estadual elaborou um plano para buscar R\$ 800 milhões, que serão destinados à construção de pontes e à pavimentação das rodovias estaduais AP 010, 340 e 070.

O parlamentar também se mostrou otimista em relação à futura oferta de energia, uma vez que o “linhão” da Usina de Tucuruí está chegando pelo sul do estado.

– Isso nos traz a segurança definitiva de que as futuras indústrias que haverão de tomar assento em terras amapaenses terão o que é mais importante, que são justamente energia, estradas, pontes, condições para que se possa produzir, importar e exportar – afirmou o senador.

Gilvam mencionou ainda esforços que estão sendo feitos para a obtenção de recursos no Banco da Amazônia e para estabelecer parcerias com o estado do Pará.



Jovens brasileiros têm medo de seguir o Magistério, afirma Cristovam

Cristovam quer garantir segurança nas escolas

O julgamento, ontem, de três dos quatro acusados do assassinato do professor Carlos Mota, ocorrido em junho de 2008 no Distrito Federal, levou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) a fazer um discurso pregando medidas urgentes para garantir a segurança nas escolas.

Mota, então com 44 anos, era diretor do Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste – agora rebatizado com o seu nome – quando foi morto na própria casa. Cristovam observou que os réus chegaram a confessar por que assassinaram o diretor: Mota tentava impedi-los de traficar drogas dentro do colégio.

– O que está em julgamento em Sobradinho [local do fórum] é muito mais do que o assassinato de um professor. O que está em julgamento é a demonstração deste país e da nossa Justiça se queremos ser tolerantes ou não com a violência nas nossas escolas – disse.

O fato de que os jovens brasileiros fogem da carreira do Magistério pelo medo da violência, pelas más condições de trabalho e pelos baixos salários não está sendo percebido pela classe política, segundo o senador. “Mas a sociedade assiste alarmada ao cerco da violência às instituições de ensino.”

Armas

Uma pesquisa recente da Unesco, segundo Cristovam, mostrou que 55% dos alunos brasileiros sabem que existem armas na escola ou ao redor da escola e que 75% dos alunos dizem poder recorrer a armas, se necessário for. Conforme o parlamentar, 36% dos estudantes de Brasília já ouviram tiros dentro ou ao redor de suas escolas, porcentagem maior do que em países em guerra; e 40% dos diretores admitem que há drogas nas escolas da cidade. Além disso, 40% dos professores do país consideram que o problema mais grave hoje na educação é a existência das gangues; e metade dos professores de São Paulo já sofreu algum tipo de agressão na escola.

Cristovam lamentou ainda degradação das escolas quebradas. Para mudar esse quadro, ele apresentou projeto (PLS 191/08) que cria uma agência federal para a segurança escolar.

– Não dá para deixar o problema da segurança escolar nas mãos dos prefeitos e governadores, com os poucos recursos que eles têm. Nós precisamos ter uma instituição com a força da Presidência da República, com os recursos do governo federal.

Senador afirma que não é a primeira vez que Tarso Genro interpreta estatutos legais brasileiros, “ora para proteger bandidos, ora para perseguir inocentes”

“Battisti sabe tudo de assalto e assassinato”, diz Demostenes

AO REFUTAR OS argumentos utilizados pelo ministro Tarso Genro para conceder refúgio político ao italiano Cesare Battisti, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) ressaltou que Battisti foi condenado nas três instâncias da Justiça italiana por quatro assassinatos. Além disso, observou, três cortes francesas e a Corte Européia de Direitos Humanos entenderam que ele deveria ser extraditado para a Itália, a fim de cumprir pena de prisão perpétua pelos crimes comuns que cometeu.

Demostenes assinalou que, se Battisti foi julgado à revelia, isso ocorreu porque ele fugiu da prisão em 1981. Lembrou que o instituto processual da revelia, tanto no Direito brasileiro quanto no italiano, tem a função de proteger o Estado e a sociedade do réu foragido. Ele também afirmou que, “se o ministro Tarso Genro tivesse lido o Tratado de Extradicação do Brasil e da Itália, saberia que a revelia não é causa para negar a extradicação”.



Demostenes refuta argumentos de ministro ao conceder refúgio político

– Diz o final da alínea “a” do artigo V do tratado: “A circunstância de que a condenação tenha ocorrido à revelia não constitui, por si só, motivo de recusa para a extradicação”. O que precisa ficar patente é que não há nada de idealista em Cesare Battisti. Trata-se de um bandido com enorme capacidade de liderança e muita destreza na execução das atividades criminosas. Battisti sabe tudo de planejamento de assalto, fuga de penitenciária, extorsão, assassinato e ação com emprego de

alto poder de fogo – alertou.

O senador disse que a decisão de Tarso Genro foi naturalmente autorizada pelo presidente Lula, que tentou transformar o “estrago diplomático” em uma questão patriótica e não pretende recuar. Diante disso, prosseguiu, caberá mais uma vez ao Supremo Tribunal Federal “tomar uma decisão política a fim de resgatar a sensatez roubada por um ato administrativo irresponsável”, que contrariou uma decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) e o parecer do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

– Não é a primeira vez que o dr. Tarso Genro faz interpretação dos estatutos legais brasileiros, ora para proteger bandidos ora para perseguir inocentes. Basta que o STF julgue o mérito da ação e entenda que Battisti cometeu crimes comuns de homicídio, o que corresponde com os fatos, conforme muito bem considerou o procurador-geral em muito bem fundamentado parecer.

“Tarso ainda não sabe que o Brasil vive estado de direito”

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acusou o ministro da Justiça, Tarso Genro, de não saber que o Brasil vive um estado de direito e de acreditar que ainda é necessário “fazer guerrilhas e movimentos”. A crítica do senador fundamentou-se na decisão do ministro de conceder asilo político a Cesare Battisti.

– Tarso Genro se pauta por medidas de exceção; não devia nunca ser ministro da Justiça – afirmou.

Mozarildo demonstrou preocupação pelo “abalo que a decisão causa às relações entre os dois países”. Segundo ele, a “decisão desastrosa e quase inexplicável do ministro provoca a perda da simpatia e do prestígio brasileiros acumulados ao

longo dos anos”.

Para referendar sua opinião, o senador citou trechos de artigo do pesquisador Sérgio Fausto, da Universidade de São Paulo (USP). No texto, Fausto afirma que Genro esqueceu a revolta que tal decisão causaria à população italiana, a qual sofreu nos “anos de chumbo” com os ataques a um Estado democrático.

Mozarildo citou ainda artigo do jornalista Augusto Nunes no qual “Tarso Genro precisa ser matriculado em um curso de Direito para crianças”. No texto, o jornalista compara a concessão do asilo político a Battisti com a entrega da militante comunista Olga Benário à Alemanha de Adolf Hitler, onde foi assassinada pouco depois. Para Nunes,

João Pedro quer jogos da Copa de 2014 em Manaus

Ao defender a escolha do Amazonas como uma das sedes na Copa do Mundo de Futebol de 2014, João Pedro (PT-AM) leu carta que encaminhará ao presidente da Fifa, Joseph Blatter.

No documento, o senador enumera argumentos em favor de Manaus, como o fato de a Floresta Amazônica possuir rica diversidade biológica e social, constituir-se em um dos principais sumidouros dos gases que provocam o efeito estufa e ter função relevante na distribuição de chuva por vários continentes. Ele anunciou que pedirá aos seus colegas de bancada Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Jefferson Praia (PDT-AM) que também assinem a carta.

– Os jogos em Manaus darão uma maior visibilidade à agenda positiva que a região desenvolve – afirmou.



João Pedro

Cuiabá deve representar o Pantanal, defende Serys

A candidatura de Cuiabá a subsele da Copa do Mundo de 2014, que ocorrerá no Brasil, foi defendida por Serys Slhessarenko (PT-MT).

– Lá em Cuiabá, estamos todos juntos, na mesma emoção. E com os cuiabanos, não há quem possa. Por isso é que vibro e acredito: a Copa do Mundo é nossa – disse a senadora, lembrando trechos de canções que falam da torcida pelo Brasil.

Mesmo acreditando no potencial de Campo Grande na disputa para ser subsele da Copa, Serys disse que torce por Cuiabá por entender que apenas uma das duas será escolhida para ser representante do Pantanal na Copa.

– Vamos mostrar para todo o mundo o padrão de civilização que alcançamos e, certamente, depois da Copa, o Pantanal e todo o Brasil haverão de ser muito mais procurados por turistas.



Serys Slhessarenko



Gerson Camata reclamou de medidas como o asilo dado a Cesare Battisti

Camata diz a Lula para “enquadrar” ministros

“Está na hora de dar um soco na mesa, presidente, puxar a orelha desse pessoal, enquadrar essa gente do seu governo e mostrar que vossa excelência manda no Brasil com o apoio de 84% do povo brasileiro.” O recado foi dado por Gerson Camata (PMDB-ES), que reclamou de recentes atitudes tomadas por alguns ministros, como o da Justiça, Tarso Genro, que teria enviado ao Congresso projeto que livra da prisão quem opera emissoras de rádio clandestinas.

Segundo dados divulgados pelo senador, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fechou 16.800 rádios clandestinas nos últimos anos. Ele acrescentou que, para cada mil emissoras comunitárias legalizadas, funcionam 6 mil irregulares. O próprio ministro das Comunicações, Hélio Costa, estaria, segundo o senador, contra a mensagem protocolada na Câmara.

– É enorme a quantidade de emissoras prejudicando as rádios legalmente instaladas, interferindo na frequência dos aviões, provocando uma série de incidentes – disse.

O senador também criticou a decisão do ministro Tarso Genro de conceder asilo político a Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua na Itália por ter cometido quatro assassinatos. Camata destacou que até no Brasil o italiano cometeu crimes, já que entrou no país com passaporte falso, fraudou uma carteira de identidade e não declarou à Receita Federal remessas de dinheiro que recebeu do exterior.

Camata também sugeriu a Lula que “puxasse a orelha” do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, por divulgar manuais ensinando a usuários como se drogar. O senador criticou ainda a decisão de distribuir gel para homossexuais.

– Dizem que é um manual da doutrina do dano menor. Ensina como fazer para cheirar cocaína sem se prejudicar, a não usar nota de dinheiro, a comprar canudo próprio. Tudo isso com o dinheiro nosso, de todos os que pagamos tributos – protestou.

Declaração atribuída ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que teria se posicionado contra a prisão de traficantes que negociavam droga em uma praia do Rio de Janeiro, também foi contestada pelo senador capixaba.

– O ministro quer que a droga seja vendida na rua como picolé – protestou.